

Atuação e alinhamentos do Conselho Nacional de Secretários de Educação – CONSED com movimentos pela internacionalização da educação

Performance and alignments of the National Council of Secretaries of Education – CONSED with movements for the internationalization of education

Actuación y alineamientos del Consejo Nacional de Secretarios de Educación – CONSED con movimientos en favor de la internacionalización de la educación

Juares da Silva Thiesen – Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC

RESUMO

O objetivo do texto é analisar a trajetória de atuação do *Conselho Nacional de Secretários de Educação – CONSED* e as influências dos movimentos pela internacionalização sobre seus discursos e suas ações. Com esse propósito, caracteriza-se a atuação do Conselho, especialmente os sentidos discursivos que configuram sua representação institucional, destacando-se, em seguida, os alinhamentos mais recentes com setores privados e com organismos supranacionais que promovem e difundem a ideia de internacionalização com foco na Educação Básica. O CONSED é uma entidade nacional que representa, em vários âmbitos, os sistemas de Educação Básica dos estados da federação no Brasil. O trabalho mostra que esses vínculos de aproximação se ampliam, rapidamente e de distintas formas, promovendo, inclusive, novas relações da entidade com as redes públicas de ensino. Trata-se de um estudo qualitativo, do tipo documental, em base de dados de fontes primárias.

Palavras chave: internacionalização; Conselho Nacional de Secretários de Educação; currículo; educação básica.

ABSTRACT

The purpose of this article is to analyze the performance trajectory of the National Council of State Secretaries of Education – CONSED, and the influences of movements for internationalization on its speeches and actions. The article characterizes the action of the Council, especially the discursive meanings that shape its institutional representation, highlighting recent alignments with private sectors and with supranational entities that promote and diffuse internationalization with focus on Basic Education. CONSED is a national entity that represents the Basic Education systems of Brazilian states in various realms. The study reveals that these approximations are expanding rapidly and in different ways, promoting new relations of the entity with public school networks. This is a qualitative study based on data from primary sources.

Keywords: internationalization; Council of State Secretariats of Education; curriculum; basic education.

RESUMEN

El objetivo del texto es analizar la trayectoria de desempeño del Consejo Nacional de Secretarios de la Educación - CONSED y las influencias de los movimientos para la internacionalización en sus discursos y acciones. Con este propósito, se caracteriza la actuación del Consejo, especialmente los sentidos discursivos que configuran su representación institucional, destacando a continuación, los alineamientos más recientes con los sectores privados y con organizaciones supranacionales que promueven y difunden la internacionalización. El CONSED es una entidad nacional que representa, de distintas formas, los sistemas de Educación Básica de los estados de la federación en Brasil. El trabajo revela que estos lazos de acercamiento se están expandiendo rápidamente y de diferentes maneras, incluso promoviendo nuevas relaciones entre la entidad y las redes públicas de enseñanza. Configura un estudio cualitativo suportado en bases de datos de fuentes primarias.

Palabras clave: internacionalización; Consejo de Secretarios de Estado de Educación; currículo; educación básica.

Introdução

Nos três últimos anos, venho desenvolvendo pesquisas nas quais busco compreender motivações, estratégias e finalidades que mobilizam organizações internacionais, redes políticas transnacionais e estados nacionais, visando alinhar currículos da Educação Básica às racionalidades que orientam os movimentos da chamada internacionalização da educação. Vários aspectos dessa abrangente e complexa agenda global (DALE, 2004) foram apontados e problematizados em investigações já concluídas e publicadas (THIESEN, 2017, 2018a, 2018b, 2019a, 2019b), trabalhos estes que servem de pano de fundo para tratamento de um recorte específico que apresento a seguir e que será objeto de discussão no presente texto.

O desafio aqui é compreender como esses movimentos (os de internacionalização) aportam e repercutem na configuração, nos discursos e nas ações do Conselho de Secretários de Estado da Educação – CONSED¹, uma importante entidade nacional que representa, em vários âmbitos, os sistemas de Educação Básica dos estados da federação no Brasil. O objetivo é, pois, situar e caracterizar o trabalho do Conselho no conjunto das influências oriundas de contextos de internacionalização, tendo em conta tratar-se de uma entidade que, desde 1986, vem exercendo, por meio de discursos e ações, significativa participação política e pedagógica nos sistemas de ensino dos estados brasileiros, especialmente no que se refere à produção das políticas para a Educação Básica.

Nessa direção, no texto, aponto aspectos que configuram a atuação do CONSED nas distintas etapas de sua trajetória de constituição - o que estou denominando aqui de sentidos de representação, de modo a explicitar com algum detalhe: i) o lugar histórico-político que o Conselho vem ocupando nos territórios da Educação Básica brasileira; ii) algumas evidências sobre natureza, características e finalidades de seus projetos mais recentes; e iii) possíveis aproximações discursivas com racionalidades que caracterizam ou se vinculam aos movimentos pela

¹ Endereço do site do CONSED: <http://www.consed.org.br/>

internacionalização da educação e dos currículos. Trata-se de um estudo do tipo qualitativo, baseado em análise documental (BARDIN, 2011; MINAYO, 2015), que tem como fontes: documentos públicos produzidos pelo próprio Conselho nos últimos anos; trabalhos de pesquisadores que tomam essa entidade como objeto de estudo e textos de autores que discutem internacionalização da educação e dos currículos.

Para analisar possíveis aproximações ou alinhamentos do CONSED com racionalidades e discursos que marcam movimentos pela internacionalização na Educação Básica, adoto, como sentido conceitual (de internacionalização), a definição de Thiesen (2017, pp. 1003-4) que concebe:

a internacionalização do currículo na Educação Básica como um movimento, ainda inicial, com motivações de natureza política e econômica, que se fortalece mobilizado predominantemente por influência de organismos estatais ou privados – os quais operam em espaços e instâncias transnacionais. Por distintas estratégias e instrumentos, induzem estados nacionais e sistemas educacionais a desencadearem formulação e implantação de reformas em seus currículos de Educação Básica alcançando, inclusive, espaços escolares. São processos que podem incluir desde a formulação de políticas curriculares mais amplas até reconfigurações, redesenhos, adaptações ou adequações curriculares, com foco nos conteúdos de conhecimento, nas aprendizagens dos estudantes, na avaliação e nas respectivas metodologias de ensino. Em geral, configuram ações desenvolvidas com perspectivas de alinhamento da educação, do currículo e consequentemente da formação escolar aos padrões do sistema econômico mundial vigente, mas que são discursivamente apresentadas como alternativas de atualização, inovação, eficiência e modernização.

De modo geral, trabalhos que conceituam internacionalização da educação e dos currículos, associam esse movimento como um conjunto de estratégias discursivas, adotadas especialmente por gestores e *policy makers*, visando adequar/ajustar sistemas de ensino, redes públicas e/ou escolas privadas às expectativas de uma escolarização básica que se aproxime ou alcance os chamados padrões internacionais. São estratégias que envolvem reformas curriculares, uso de tecnologias educativas, trabalho de consultores externos, treinamento de professores, material didático, intercâmbios etc. Em termos gerais defendem ideários como: formação intercultural, competência global, espírito internacional, rentabilidade social e outros. Trata-se, portanto, de uma perspectiva conceitual relativamente distinta de abordagens comumente feitas em estudos sobre internacionalização na Educação Superior.

Feito este breve acercamento conceitual, passo a caracterizar aspectos que caracterizam a atuação do CONSED, especialmente, os sentidos discursivos que vêm configurando sua representação institucional como entidade pública que move consigo experiências educativas de 27 sistemas estaduais de ensino construídas ao longo dos últimos 35 anos.

Sentidos de representação construídos pelo CONSED em sua trajetória de atuação

A escassa produção científica envolvendo aspectos sobre a trajetória de constituição do CONSED, bem como sobre sua participação na tessitura das políticas educacionais e curriculares, amplia o desafio de garimpagem de informações dispersas, seja em documentos públicos, produzidos e disponibilizados pelo próprio Conselho em seu portal virtual, seja em trabalhos de pesquisadores que analisam a formulação de documentos da política educacional nacional, produzidos após os anos 1980 (SILVA, 2011; BORGES, 2012), ou ainda em textos de pesquisas que investigam aspectos mais específicos da entidade (MARANHÃO, 2000; AGUIAR, 2002).

Trabalhos de investigação, que exploram mais pontualmente a constituição do Conselho e suas ações no cenário da educação brasileira, são raros. A tese de doutoramento da professora Márcia Ângela de Aguiar, de 2000, dois artigos dessa mesma pesquisadora publicados, respectivamente, em 1992 e 2002; um texto intitulado *O papel do Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED) no cenário educacional do País*, de Éfrem de Aguiar Maranhão (2000) e um texto de Geniana Guimarães Faria de 2010, são os únicos trabalhos encontrados na busca feita nas bases de dados².

O CONSED é uma associação de direito privado, sem fins lucrativos, com sede em Brasília, composta por titulares das Secretarias da Educação dos Estados e do Distrito Federal. Sua finalidade é “promover a integração das redes estaduais de educação e intensificar a participação dos estados nos processos decisórios das políticas nacionais, além de promover o regime de colaboração entre as unidades federativas para o desenvolvimento da escola pública” (CONSED, 2019).

Aguiar (2002) e Faria (2010), informam que o Conselho surgiu no cenário nacional em 1983, quando os primeiros governos estaduais de oposição ao regime autoritário chegaram ao poder, dando início a uma articulação com vistas à defesa da escola pública para a maioria da população. A partir desse objetivo, os Secretários Estaduais de Educação instituíram um fórum de resistência ao centralismo praticado pelo Ministério da Educação (MEC), espaço que foi denominado *Fórum de Secretários Estaduais de Educação*, institucionalizado, em 1986, como Conselho Nacional dos Secretários de Educação – CONSED. Aguiar (2000; 2002) sintetiza a trajetória do Conselho destacando que a Associação se afirmou entre as entidades da sociedade civil que procuravam interferir na formulação e execução da política educacional tendo, como bandeira, a defesa da democratização da educação pública de qualidade.

² As bases de dados consultadas foram: Scielo, Portal de periódicos da CAPES, Repositório Institucional da UFSC e Banco de Teses CAPES.

Éfrem de Aguiar Maranhão, em texto publicado ao final de sua gestão como presidente do Conselho, em 2000, avaliou que, a despeito da mudança na configuração jurídico-política, o CONSED representou a continuidade e o amadurecimento da experiência desenvolvida pelo Fórum Nacional de Secretários de Educação, de 1983 a 1986, que coincidiu com o período de mandato dos primeiros governadores eleitores pelo voto direto no Brasil.

A efetiva instalação e o funcionamento do CONSED dar-se-iam, portanto, sob o comando das novas administrações estaduais, com nova composição política, cuja transição se completaria em maio de 1987, quando os novos dirigentes se reuniram, pela primeira vez, em Recife (PE). Para a então presidente, o CONSED desempenhou papel político, como órgão de representação e defesa dos interesses dos estados na área educacional; e um papel técnico, como fórum qualificado de discussão, formulação e avaliação das políticas e dos programas educacionais. Ambos, segundo ela, eram indissociáveis e legitimaram o Conselho como instância catalisadora, mediadora e, acima de tudo, promotora dos interesses das Secretarias Estaduais de Educação, ou seja, como uma entidade com compromissos de afirmação dos Estados em defesa de políticas descentralizadas na área educacional.

Uma exploração mais detalhada e, portanto, atenta ao conjunto dos documentos já referidos, bem como da produção discursiva divulgada nas mídias, indicando a presença e participação do CONSED na construção das políticas educacionais pós 1980, permite que classifiquemos sua trajetória de atuação em três fases: uma primeira, que marca certo enfrentamento à centralização das ações na esfera federal de governo e que justifica a criação da associação; uma segunda, caracterizada, notadamente, por seu alinhamento com as ações do Ministério da Educação e a mais recente, caracterizada por sua aproximação com setores privados da sociedade civil, sem, obviamente, a perda de articulação com o MEC construída desde a segunda fase.

Fase 1. Contraposição ao centralismo e defesa da democracia na educação

Tanto o movimento de criação do Fórum, em 1983, quanto as ações que marcam a primeira etapa de atuação do Conselho, como dissemos, indicam o sentido de contestação dos titulares que ocupavam as Secretarias de Educação dos Estados da Federação frente às atitudes centralistas e, de algum modo, ainda combinadas com o instrumentalismo dos anos 1970, no Brasil. Nesse período, genericamente, caracterizado pela transição política da ditadura à democratização, emergem vários movimentos sociais e estudantis que se colocam em defesa da educação pública.—Surgem também, diferentes entidades científicas, fóruns, conferências e outras formas associativas, todas empunhando as bandeiras da

democratização, da descentralização, da participação política, enfim, de lutas contra hegemônicas no enfrentamento da burocracia e do tecnicismo educacional e, obviamente, da entrega da educação pública ao mercado internacional.

O Fórum surgiu, portanto, no contexto da transição democrática, assumindo o papel de articulador dos governos estaduais em defesa dos interesses comuns que orbitavam em torno da melhoria da educação pública nacional. Assumiu como principal bandeira a construção de um sistema educacional que se identificasse com as novas aspirações democráticas da sociedade brasileira. Neste sentido, reivindicava maior autonomia aos governos estaduais, agora legitimados pelo voto popular, na definição e implementação das políticas de Educação Básica. Num ambiente ainda dominado pelo poder central, as posições assumidas pelo Fórum confrontavam-se com as estratégias políticas do MEC, gerando uma relação tensa que haveria de perdurar até o início da década de 1990. (MARANHÃO, 2000).

Além das razões de natureza política, os Secretários viam, na valorização da gestão da educação dos estados, a possibilidade de criação de novas frentes de trabalho, em geral, mais inovadoras, criativas e de respostas mais concretas aos interesses regionais. Destaque-se que o quadro educacional dos anos 1980 era marcado por profundas desigualdades educacionais e por um centralismo que, praticamente, desconsiderava as especificidades tanto das unidades da federação, quanto dos municípios. O horizonte de possibilidades de uma constituição democrática, baseada na ideia de um regime de colaboração por meio de um pacto federativo, apresentava-se como razão fundamental na luta pela desvinculação do Conselho às atitudes do MEC. Todavia, essa desvinculação não poderia prescindir da garantia de recursos, tarefa que o CONSED assumiu como prioridade na costura das formas constitucionais de redistribuição do financiamento, nos anos subsequentes à sua criação.

Na defesa dessa pauta e de outras de interesse da educação pública, o Conselho buscou articulação com diferentes entidades e associações que se fortaleciam. Entre elas, a União Nacional de Estudantes – UNE, a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC e a Associação Nacional dos Docentes da Educação Superior – ANDES. Maranhão (2000) destaca que a publicização de documentos tais como: *“Por uma Política Nacional de Educação”*, em 1984, *“Carta de Curitiba”*, em 1985, e *“Princípios educacionais para a nova Constituição”*, em 1986, são exemplos dessa luta por maior autonomia nas administrações estaduais em contraposição às ações do governo federal.

Embora já houvesse a presença de grupos externos de fundo privado atuando sobre o campo educacional no Brasil, não há evidências de que a primeira fase de atuação do CONSED tenha sido marcada por influências, aproximação ou alinhamento com modelos educacionais estrangeiros ou com racionalidades da chamada internacionalização da educação, cujo movimento se intensifica no mundo

somente após os anos 1990.

Fase 2. Alinhamentos com as esferas de governo

A segunda fase, marcada pelo alinhamento do Conselho com o executivo federal por meio de articulações com o Ministério da Educação, teve como mote o debate e a formulação da Constituição Federal de 1988. A aproximação foi intensificada a partir do primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998), que instituiu forte alteração no marco institucional do ensino por meio, principalmente, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996. Nesse novo cenário, o CONSED poderia desempenhar posição estratégica no projeto do governo federal, razão pela qual o MEC buscou atrair o Conselho para seu campo de interesse (AGUIAR, 2002). Borges aponta algo sobre isso no excerto destacado a seguir.

A descentralização de políticas públicas vinha se caracterizando, de forma bastante evidente, na transferência de responsabilidades para estados e municípios por parte do governo central, porém o debate acerca da definição de competências de cada instância se transformaria em tema central nos anos de 1995 (2012, p. 146)

De modo geral, pode-se afirmar que o CONSED, no pós-constituição, passa a cumprir uma agenda de articulação educacional e política com todos os órgãos estatais responsáveis, em alguma medida, pela definição das políticas educativas para o país e, por extensão, para os estados e municípios. Sua aproximação foi mais evidente com o MEC, especialmente, em razão desse novo marco institucional a que nos referimos; com o Conselho Nacional de Educação, que também passava a assumir espaço de maior destaque na composição no quadro das decisões; e com a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação – UNDIME, entidade também criada em 1986 para introduzir o tema da municipalização no debate educacional do país (AZEVEDO, 2001).

Entre as pautas de maior destaque nesse período de alinhamento MEC/CONSED/UNDIME, estiveram a formulação da Lei de Diretrizes e Bases de 1996; a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – FUNDEF³, implantado no Brasil a partir de 1998; a instituição dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN, entre 1995 e 1998; a campanha *Toda Criança na Escola*, de 1988; a criação do Programa Nacional de Tecnologia Educacional – PROINFO; o Programa Nacional do Livro Didático – PNLD; o Programa de Aceleração da Aprendizagem; o Programa Dinheiro Direto às Escolas –

³ Endereço do FNDEF que foi transformado em FUNDEB em 2007: <https://www.fnde.gov.br/fundeb>.

PDDE; a formulação do Plano Nacional de Educação 2001-2010, além de outras.

Paralelamente às formas de articulação nos cenários da educação nacional, nos anos 1990, o CONSED passou a construir uma relação de aproximação com organismos internacionais acompanhando uma perspectiva programática assumida pelo governo federal e intensificada na educação com os governos Collor de Melo (1990-1992), Itamar Franco (1992-1995) e Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), respectivamente. Com eles, os discursos compostos na década de 1980, tendo como eixo a democratização e a valorização da educação pública, são, progressivamente, recompostos em outras bases, para dar lugar a outro tipo de argumentação centrada nas exigências do mercado e na reestruturação produtiva.

Silva (2011) avalia que a politização do debate educacional e sua aproximação com o discurso de construção de uma educação popular, que dominaram o contexto anterior, deixam de ter o mesmo ímpeto para dar lugar aos discursos da qualidade, equidade e eficiência. Os documentos passaram a circular como peças de divulgação da política educacional, sob a égide da responsabilidade compartilhada entre as esferas governamentais e entre estas e a sociedade civil. Assim, potencializaram um discurso homogeneizador e centrado na perspectiva de ajuste das plataformas educacionais à racionalidade do trabalho imposta pelo chamado processo de globalização, tendo como pano de fundo os novos paradigmas de produtividade.

Nesse cenário, tanto o CONSED quanto a UNDIME, passam a desempenhar papel importante, na medida em que articulam, com eficiência, a meta de responsabilização descentralizada, pela qual estados e municípios ficariam com o compromisso mais difícil – o de recuperação dos fracos indicadores de desempenho escolar na Educação Básica de todo o país, além da ampliação do atendimento escolar. Cabe lembrar que, no primeiro plano de reformas da Nova República (PND 1986-1989), a reorganização da política para o setor público foi pautada pela transferência de muitas atividades sob a alçada federal para os governos estaduais e municipais (SILVA, 2011).

Acolhendo a perspectiva reformista, ancorada pela abertura do Brasil ao mercado internacional, agenda notadamente assumida pelos governos da Nova República, o CONSED passa a buscar adesão, na forma de parcerias, em projetos com chancelamento de organizações transnacionais, especialmente, a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura - UNESCO, a Embaixada Americana e o Conselho Britânico. Com a UNESCO, em 1988, instituiu o Prêmio Nacional de Referência em Gestão Escolar, ação que ainda se mantém com agregação de outras entidades não estatais. Com a Embaixada Americana, articularam-se vários programas, entre os quais o *Programa Jovens Embaixadores*⁴, o *Prêmio Gestão*

⁴ Endereço eletrônico: <https://br.usembassy.gov/pt/education-culture-pt/programa-jovens-embaixadores/>

Escolar – PGE⁵, o *Programa de Estudos sobre os EUA para Jovens Líderes Brasileiros*⁶ e o *Programa de Aperfeiçoamento para Professores de Língua Inglesa nos EUA*⁷. Com o Conselho Britânico, destaca-se o *Projeto Liderança nas Escolas*⁸ desenvolvido a partir de 2007.

Sobre acordos com organizações supranacionais Maranhão (2000) informa ainda que a UNESCO e o UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância) figuram como dois parceiros tradicionais do CONSED e têm sido responsáveis pela viabilização de iniciativas importantes, especialmente, nos campos da gestão educacional e da promoção do direito de todos à educação. No âmbito dos organismos internacionais, o CONSED buscou, ainda, parcerias com a *Oficina Regional de Educação da UNESCO para a América Latina e o Caribe* (OREALC), com o *Instituto Internacional de Planejamento em Educação* (IIPPE), por meio da sua oficina de Buenos Aires e com a *Associação Internacional de Parcerias em Educação* (NAPE), com sede nos Estados Unidos.

Pode-se afirmar, portanto, que a segunda fase de atuação do Conselho foi marcada por três frentes de trabalho: uma mais intensa, de representação da educação das redes estaduais na formulação dos projetos e das ações do governo federal, configurada por seu alinhamento ao MEC; outra de articulação com os sistemas municipais de educação pelo estreitamento de relações com a UNDIME, e ainda a de construção de redes de ação com organizações internacionais na convergência com o grande projeto de abertura do país ao mercado mundial. Parece evidente que o CONSED, nessa etapa, não somente buscou garantir a consolidação de sua presença no debate da educação nacional, mas, também, institucionalizar seu espaço político nos *policy-making processes*, (processos de formulação de políticas), tanto pela ampliação de suas escalas geográficas de alcance, quanto pela afirmação de seu papel articulador entre o governo nacional e os poderes locais no campo da educação.

⁵ Endereço eletrônico: <https://www.premiogestaoescolar.com.br/>

⁶ Endereço eletrônico:
https://photos.state.gov/libraries/saopaulo/165975/pdf/Mais_seiscentos_brasileiros_rumo_ao_EUA_para_intercambio_educacional.pdf

⁷ Endereço eletrônico: <https://fulbright.org.br/dai-2019-programa-de-aperfeicoamento-para-professores-ingles-nos-eua/>

⁸ Endereço eletrônico: https://www.se.gov.br/noticias/educacao_cultura_esportes/projeto-lideranca-nas-escolas-e-apresentado-na-reuniao-ordinaria-do-consed

Fase 3. Negociação da gestão da educação pública com o terceiro setor e afinação dos discursos de fundo internacionalizante

A fase atual, ou terceira fase, que caracterizamos como de aproximação com setores privados da sociedade civil e de alinhamento discursivo com movimentos de escalas supranacionais, está sendo marcada por um evidente deslocamento no âmbito das relações institucionais do Conselho. Nestes últimos anos, a instituição esforça-se para alinhar novos arranjos políticos na tentativa de protagonizar uma articulação envolvendo, de algum modo, os quatro mais importantes promo(a)tores da agenda atual no âmbito da produção e da difusão da política educacional e curricular, quais sejam: as agências ou redes políticas globais (BALL, 2014), os estados nacionais, o terceiro setor e os poderes públicos locais.

Como assinalamos, o CONSED, nesta fase, não abandona seu alinhamento político e seu compromisso institucional com o governo federal e sua articulação com os espaços locais (os municípios), mas dirige sua atuação para a construção de parcerias com organizações não estatais sejam elas de abrangência nacional ou internacional. Sua participação nos processos de reformulação das políticas oficiais tem sido ancorada teórica e metodologicamente por agências e empresas que lhes prestam apoio na forma de consultoria, assessoria ou, mesmo, de parceria. Essa opção, de modo algum, representa contraposição, resistência ou qualquer forma de crítica às ações do MEC, pelo contrário, assume um caráter de estreitamento de relações, uma vez que o próprio MEC tem buscado, no setor privado e nas agências transnacionais, sua base de sustentação para pensar, reformular e propor projetos, programas e demais ações para a educação pública brasileira.

O fenômeno que marca a relação do MEC e do CONSED com os setores privados da sociedade civil não é pontual e, portanto, isolado. Trata-se de um movimento mais amplo e intenso que expressa a própria relação educação-trabalho-sociedade no mundo capitalista de mercado. Caetano (2015) entende que a mercadificação da educação pública não é uma abstração, mas ocorre via sujeitos e processos. Trata-se de sujeitos individuais e coletivos, que estão cada vez mais organizados em redes do local ao global, com diferentes graus de influência, e que falam de diferentes lugares: setor financeiro, organismos internacionais e setor governamental. Como explica Caetano,

[a]s diferentes formas de privatização vêm ocorrendo a partir das reformas e/ou como consequência das reformas da gestão pública, instituindo as reformas educativas de forma global. É sob o modo de produção capitalista que existe uma tendência histórica à superação progressiva das fronteiras nacionais no marco do mercado mundial. (2015, p.88)

Assumindo as teses da modernização, da inovação, da eficiência, da

meritocracia e da busca por padrões internacionais, significantes que, marcadamente, configuram o repertório discursivo das novas redes políticas transnacionais e das organizações não estatais da sociedade civil, o CONSED vai abrindo mão da contribuição dos capitais pedagógico e intelectual dos profissionais de suas redes de ensino e das parcas conquistas alcançadas nas trajetórias de luta dos professores pelo fortalecimento de seus sistemas. Com essa nova base discursiva, passa a apostar suas fichas em soluções educacionais e curriculares engendradas em outros contextos, em geral, com pouco ou nenhum vínculo histórico, político, cultural e pedagógico com as especificidades das comunidades escolares locais.

Num levantamento feito no portfólio de projetos e ações em andamento, coordenadas pelo CONSED (2019), identifica-se um conjunto significativo de parcerias institucionais envolvendo organizações do terceiro setor, algumas delas em ações importantes, no âmbito da política nacional de educação, como é o caso da formulação e implantação da Base Nacional Comum Curricular – BNCC⁹, da implantação do chamado Novo Ensino Médio e da proposta de criação de Sistemas de Avaliação para as redes estaduais de ensino, para citar alguns.

Interessante notar que o Conselho estabelece relações com o terceiro setor de modo institucional, portanto, completamente aberto, escancarando suas portas para o ingresso, sem maiores restrições, de interesses privados, no campo da educação pública. Na lista de parceiros disponibilizada em seu *site* aparecem várias marcações dessas relações como se mostra no quadro1.

Quadro 1. Parceiros institucionais do CONSED

Instituições públicas	Organizações do terceiro setor
Embaixada Americana	Fundação Roberto Marinho
MEC- Ministério da Educação	Fundação Itaú Social
UNDIME – União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação	Unesco
<i>British Council</i> no Brasil	Instituto Unibanco
INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira	Gerdau
CAPES – Coordenação de aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior	Fundação Victor Civita
Senado Federal	Instituto Natura
Câmara dos Deputados	Todos pela Educação
FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	Fundação Lemann
	Fundação Santillana
	Itaú BBA
	Fundação telefônica Vivo

⁹ Informações sobre a BNCC podem ser encontradas no endereço: <http://portal.mec.gov.br/conselho-nacional-de-educacao/base-nacional-comum-curricular-bncc-etapa-ensino-medio>

	Cenpec – Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária
	Instituto Ayrton Senna
	Instituto Reuna

Fonte: <http://www.consed.org.br/parceiros>.

Observe-se que o número de parceiros privados supera o de instituições públicas e que as empresas relacionadas lidam com objetos de negócio bastante variados envolvendo bancos, mídia, indústrias e serviços. Há, na relação, também organizações não governamentais, que vêm atuando no campo educacional com forte presença e participação na formulação de políticas nacionais, inclusive curriculares, como é o caso da Fundação Lemann¹⁰ e do Instituto Ayrton Senna¹¹, que têm suas marcas, indelevelmente, postas na construção da Base Nacional Comum Curricular – BNCC.

No Relatório de Atividades (INSTITUTO UNIBANCO, 2017) disponível no *site* do Instituto Unibanco, por exemplo, é possível encontrar registros da *ssa* relação aberta e institucional do CONSED com seus parceiros. O excerto que destacamos a seguir serve bem como ilustração:

[e]m 2017, o Instituto Unibanco não só deu continuidade como fortaleceu a parceria institucional com o Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed). Com o objetivo de contribuir com a qualificação dos técnicos das secretarias estaduais, apoiamos técnica e/ou financeiramente quatro grupos de trabalho (GTs) da organização (Avaliação, Ensino Médio, Financiamento e Gestão Escolar), que desenvolvem ações voltadas à reflexão sobre a prática, ao compartilhamento de experiências e de pesquisa. (p. 26)

A força dessa parceria com o terceiro setor, e que marca a atual fase do CONSED, pode ser identificada em diversas outras ações, a exemplo da atual tarefa de implementação do chamado Novo Ensino Médio no Brasil, no contexto da BNCC. Trata-se da construção das novas arquiteturas curriculares para essa etapa de ensino, nas redes públicas de todo o país, em atendimento à Lei 13.415/2017, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases e estabeleceu mudanças na estrutura do ensino médio em atendimento à Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2019). O CONSED, na condição de protagonista desse processo, realiza a tarefa terceirizando a gestão pedagógica do trabalho, que passa a ser orientado por um grupo de empresas parcerias, conforme se pode observar pela notícia estampada no *site* do Conselho:

[a]proximadamente 150 técnicos estaduais estão envolvidos na construção dos currículos e da nova arquitetura. Entre os cinco convidados por estado, existem perfis diferentes de profissionais, que irão contribuir em suas áreas de

¹⁰ Endereço eletrônico: <https://fundacaolemann.org.br/>

¹¹ Endereço eletrônico: <https://www.institutoayrtonsenna.org.br/pt-br.html>

atuação, como coordenadores estaduais da BNCC, coordenadores de Educação Profissional, articuladores de Itinerários, coordenadores pedagógicos de Educação em Tempo Integral e os responsáveis pelo Ensino Médio nas secretarias. (...) Instituto Unibanco, Itaú BBA, Oi Futuro, Instituto Natura, Movimento pela Base, Inspirare, Instituto Sonho Grande, Fundação Telefônica e Instituto Reúna são parceiros do Consed nesta iniciativa. (CONSED, 2019)

Note-se que na opção do CONSED pelas parcerias com o terceiro setor, a formação dos profissionais dos órgãos centrais das Secretarias de Estado, que conduzirão os projetos de reformulação curricular no âmbito de suas redes, passa a ser gerida pelos parceiros privados, desconsiderando-se, portanto, as trajetórias, o trabalho coletivo e, conseqüentemente, os capitais intelectual e pedagógico de docentes, pesquisadores e demais profissionais da educação construídos ao longo de muitos anos na esfera pública.

O fortalecimento desse regime de parcerias, protagonizado nessa fase de atuação do CONSED, com o cancelamento institucional do Ministério da Educação e, em certa medida, do próprio Conselho Nacional de Educação – CNE, aponta, como indicamos no início do texto, para um modelo de alinhamento com demandas e requerimentos de uma internacionalização de fundo liberal pautada na chamada indústria educacional global (LIMA, 2006), ou num modelo corporativo global de educação (BASTOS, 2017). Trata-se de um alinhamento com discursos de redes transnacionais que, produzindo novas narrativas, buscam significar e hegemonizar conceitos sedutores, tais como modernização, eficiência, qualidade, inovação e tantos outros, preenchendo-os de sentidos por seus próprios regimes de verdade.

Nos termos da teoria do discurso, o caráter público da educação, e sua ineficiência, funciona como exterior constitutivo que cria uma rede de demandas em torno de reformas marcadas pela lógica do mercado. A hegemonia da nova forma de sociabilidade é garantida pela expulsão das antigas formas de gestão da educação como bem público. (MACEDO, 2014, p. 1538)

O CONSED, nesta fase de atuação, induzido pelas pautas neoliberais sustentadas em discursos reformistas de políticas educacionais e curriculares, que viajam pelo mundo desde os países desenvolvidos até os periféricos, vai contribuindo para mudanças de sentidos da educação pública, preenchendo-os com novos princípios, novas ideias e novos ideários, em geral associados a um serviço, uma mercadoria, uma qualificação, uma condição para a empregabilidade, enfim, um instrumento para ampliação das condições de produção, preservando-se o modelo societário vigente.

Palavras finais

Tem-se a impressão que o CONSED, como entidade de representação política da Educação Básica pública, quando opta pelas parcerias com o setor privado, ao invés de acreditar e investir no trabalho de profissionais de suas próprias redes e de outras instituições formadoras, a exemplo das universidades, sinaliza um comportamento que revela desconfiança em relação a sua própria capacidade institucional de gestão dos processos educacionais. Essa opção do CONSED (do próprio MEC), de buscar o setor privado na tentativa de encontrar soluções para as questões da educação pública, secundariza a voz, a participação, a história e o trabalho de 27 sistemas estaduais de ensino nos quais atuam milhares de docentes, grande parte com formação acadêmica elevada. Ademais, põe em evidência uma suposta incapacidade do Estado para o enfrentamento das principais questões sociais das quais a educação forma parte.

Entre as várias questões que se colocam diante do atual quadro educacional e político que se apresenta no Brasil, e para o qual o CONSED parece contribuir, algumas são estruturantes e devem, em nosso entendimento, compor a pauta de um debate mais amplo. São elas: que relação histórico-política e pedagógica organizações privadas – como bancos, prestadores de serviços, empresas de comunicação, indústrias etc – possuem com a educação pública e com os processos curriculares de escolarização que as autorizam à realização de tarefas complexas, como formulação e implantação de políticas para os sistemas de ensino? Quais vínculos estas organizações e seus consultores possuem com a histórica trajetória de vida e de luta dos coletivos humanos que envolvem a educação e a escola pública, e que, portanto, lhes chancelam definir quais as melhores alternativas para currículos e escolas? Quais interesses mobilizam esses grupos econômicos nessa tarefa que, por natureza, estrutura, função e finalidade, não lhes cabe? A afirmação de Ravitch, destacada a seguir, dá pistas sobre esta última questão.

Um dos aspectos mais irritantes do movimento de privatização é que eles fingem ser progressistas. Eles não são. Eles são reacionários e eles têm a história para provar isso. Eles roubaram a palavra “Reforma”, para que pudessem fingir que queriam melhorar as escolas, em vez de admitir que querem substituir as escolas públicas por escolas religiosas, escolas particulares, escolas com fins lucrativos, escolas on-line, tudo menos escolas públicas. Dica: Destruição não é reforma. (2017, p.1, tradução livre)

A hipótese mais evidente nesse âmbito é a de que, tanto o CONSED, quanto o próprio Ministério da Educação, optam por acolher, legitimar e difundir o conjunto das articulações discursivas mobilizadas pelas redes políticas transnacionais e pelos demais organismos multilaterais que carregam, pelos quatro cantos do mundo, as chamadas reformas educacionais e os chamados curriculares viajantes. Esta hipótese

mostra-se interessante porque carrega consigo regimes de verdade, ou narrativas notadamente sedutoras para convencer governantes, gestores, consultores técnicos e demais agentes políticos, que a saída é por essa via, afinal, a esfera pública não teria mais autoridade para assumir bandeiras conceituais, como eficiência, modernização, inovação, qualidade, entre outras.

Para finalizar, talvez ainda caiba a pergunta: e as resistências? De modo geral, pouco ou nada há de registro, seja na mídia seja na produção científica, sobre mobilização de professores das redes públicas de ensino do país, em contraposição às parcerias do CONSED com o setor privado e com seu alinhamento às demandas e aos requerimentos dos movimentos supranacionais que engendram a chamada internacionalização da educação. As ações de resistência manifestam-se, mais notadamente, como resposta ao conjunto de definições já oficializadas, ou em implantação pelo MEC, várias das quais o CONSED ajudou a alinhar ou formular.

Referências

- AGUIAR, Márcia Ângela da Silva. A política educacional no Brasil e o papel do Conselho Nacional de Educação: uma questão polêmica. *Educação e Sociedade*, Campinas, v.13, n. 42, pp. 70-82, 1992.
- AGUIAR, Márcia Ângela da Silva. O CONSED e a política educacional no Brasil. São Paulo: USP, Faculdade de Educação, (Tese, Doutorado em Educação), 2000.
- AGUIAR, Márcia Ângela da Silva. O Conselho Nacional de Secretários de Educação na reforma educacional do governo FHC. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 23, n. 80, pp. 72-89, set. 2002.
- AZEVEDO, Neroaldo Pontes De. A UNDIME e os desafios da educação municipal. *Revista Estudos Avançados*, USP, São Paulo, v. 15 n. 42, pp. 141-152, 2001.
- BALL, Stephen J. *Educação Global S.A. novas redes de políticas e o imaginário neoliberal*. Tradução de Janete Bridon. Ponta Grossa, Brasil: UEPG, 2014. 270p.
- BALL, Stephen J. *Educational reform: a critical and post-structural approach*. Buckingham: Open University Press, 1994. 164p.
- BASTOS, Remo Moreira Brito. O surpreendente êxito do sistema educacional finlandês em um cenário global de educação mercantilizada. *Revista Brasileira de Educação*, v. 22 n. 70, pp. 802-825, jul/set. 2017.
- BORGES, Marisa. A política educacional nos anos de 1980 e 1990: qual a proposta de democratização da gestão escolar? *Atos de pesquisa em educação*, v. 7, n. 1, pp. 143-174, jan/abr. 2012.
- BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011. 280p.

BRASIL. Presidência da República. Subchefia para Assuntos Jurídicos. *Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm. Acesso em: 30 jan.2020.

BRASIL. *I Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República –1986-89*. Lei n.º 7.486, de 6 de junho de 1986. CONSED, Brasília, 1990. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1980-1987/lei-7486-6-junho-1986-368175-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 29 ago.2020.

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional*. 2020. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 29 ago.2020.

BRASIL. *Parâmetros Curriculares Nacionais. Secretaria de Educação Fundamental*. Brasília: MEC/SEF, 1997. 126p. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>. Acesso em 29 ago.2020.

BRASIL. *Toda criança na escola*. INEP, Domínio Público, 1988. Disponível em <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me000686.pdf>. Acesso em: 29 ago.2020.

BRASIL. *Programa Nacional de Tecnologia Educacional - PROINFO*. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/programas/proinfo/sobre-o-plano-ou-programa/sobre-o-proinfo>. Acesso em: 29 ago.2020.

BRASIL. *Programa Nacional do Livro Didático - PNLD*. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=12391:pnld>. Acesso em: 29 ago.2020

BRASIL. *Programa Nacional Dinheiro Direto na Escola – PDDE*. Disponível em: <http://pddeinterativo.mec.gov.br/>. Acesso em: 30 ago.2020.

BRASIL. Plano Nacional de Educação 2001-2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/L10172.pdf>. Acesso em: 30 ago.2020.

CAETANO Maria Raquel. Ensino Médio no Brasil e privatização do público: o caso do Instituto Unibanco. *Universidade e Sociedade*, Brasília, DF, v. 24, p. 84-99, 2015.

CONSELHO NACIONAL DE SECRETÁRIOS DE EDUCAÇÃO - CONSED. *Contribuições à formulação do programa de educação para o Governo Federal no período 1990-1994*. Brasília, CONSED, 1999. 84p

CONSELHO NACIONAL DE SECRETÁRIOS DE EDUCAÇÃO - CONSED. *Portal Consed*. Disponível em: <http://www.consed.org.br/>. Acesso em: 20 jan. 2020.

DALE, Roger. Globalização e educação: demonstrando a existência de uma cultura educacional mundial comum ou localizando uma agenda globalmente estruturada para a educação? *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 25, n. 87, pp. 423-460, maio/ago, 2004.

FARIA, Geniana Guimarães. Conselho Nacional de Secretários de Educação - CONSED. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade; DUARTE, Adriana Cancelli; VIEIRA, Livia Fraga. *Dicionário: trabalho, profissão e condição docente*. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CDROM.

INSTITUTO UNIBANCO. *Relatório de atividades 2017*. Portal Unibanco. Disponível em: https://www.institutounibanco.org.br/wp-content/uploads/2018/07/ra-iu-2017-web_31072018.pdf. Acesso em: 30 jan. 2020.

LIMA, Manolita Correia. A OMC e o Mercado Educacional: das Razões para o Interesse às Eventuais Consequências. *VI Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul*. 2006, Blumenau/SC, VI Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América Latina, Blumenau: 2006. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/74644/t0111.pdf?sequence=1>. Acesso em: 10 dez. 2019.

MACEDO, Elisabeth. Base Nacional Curricular Comum: novas formas de sociabilidade produzindo sentidos para educação. *Revista e-Curriculum*, São Paulo, v. 12, n. 3 pp.1530 - 1555 out/dez. 2014.

MARANHÃO, Efrem de Aguiar. *O papel do Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED) no cenário educacional do País*. Centro de Informações e Biblioteca em Educação – CIBEC, Brasília/DF, 2000.

MINAYO, Maria Cecília Souza. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 14. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 2015. 406p.

RAVITCH, Diane. *Yes, It Is True! I Don't Like School Choice! I Admire Teachers' Unions! Public schools are part of the promise of America*. Huffpost, 2017. Disponível em: https://www.huffingtonpost.com/entry/yes-it-is-true-i-dont-like-school-choice-i-admire-teachersunions_us_59de9bc0e4b0eb18af061126?section=us_education. Acesso em: 17 nov. 2018.

SILVA, Antonia Almeida. Estado e política educacional no Brasil: Diretrizes e implicações do processo de conversão democrática (1985-1992). In: VI CBHE, Vitória/ES, *Anais...* maio, 2011.

THIESEN, Juares da Silva. Internacionalização dos currículos na Educação Básica: concepções e contextos. *Revista e-Curriculum*, v.15, n.4, p. 991-1017, out.dez, 2017.

THIESEN, Juares da Silva. Internacionalização dos currículos: sobre quais projetos está se falando? In: PACHECO, José Augusto; PERALTA, Deise Aparecida; THIESEN, Juares Da Silva; SCALABRIN, Rosemeri (Orgs) *Currículo como pauta contemporânea: formação, avaliação e internacionalização*. Porto: Editora InLine, 2018a.

THIESEN, Juares da Silva. Quem girou as chaves da internacionalização dos currículos na educação básica? Belo Horizonte: *Educação em Revista*, v. 34, p. 02-20, 2018b.

THIESEN, Juares da Silva. Currículos da educação básica brasileira: convergências com

o discurso educacional global em contextos de internacionalização. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, v. 14, p. 420-436, 2019a.

THIESEN, Juares da Silva. Estratégias de Internacionalização da Educação e do Currículo: das universidades aos territórios da Educação Básica. *Archivos Analíticos de Políticas Educativas / Education Policy Analysis Archives*, v. 27, p. 1-23, 2019b.

Recebido em: 04/03/2020.

Aceito em: 28/08/2020.

Juares da Silva Thiesen

Doutor em Educação e em Gestão do Conhecimento – Professor Associado II no Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal de Santa Catarina. Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação –PPGE. Líder do Grupo de Pesquisa Itinera. Investiga os temas currículo e política curricular. Contato: juares.thiesen@ufsc.br